

ESPECIAL

UM ANO DE PAC

Desaceleração e vulnerabilidade



CPMF EM DEBATE

**Manifesto defende reforma
tributária justa**

**Artigo: alternativas ou manutenção
do arrocho fiscal?**

2008: o que nos espera?

■ Duas questões econômicas dominam a conjuntura do país, neste início de ano: as medidas adotadas pelo governo para compensar a perda de arrecadação com a derrubada da CPMF, pela oposição, no Senado; e o balanço sobre o primeiro ano de realizações do PAC.

Sobre a CPMF e o pacote de medidas baixadas pela área econômica, para compensar os R\$ 40 bilhões que previa arrecadar, o JE traz o manifesto em prol de uma reforma tributária justa, que vem assinado por vários intelectuais e dirigentes de movimentos e entidades populares.

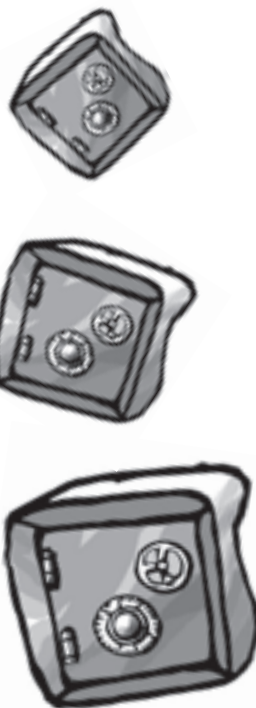
Além da íntegra do texto, apoiando as medidas e acusando a oposição de oportunismo conservador, a edição publica também um comentário crítico sobre o manifesto, considerando-o “ruim e retrógrado”, e um artigo questionando as medidas baixadas para compensar as perdas.

A primeira edição de 2008 do JE traz, ainda, um amplo balanço sobre o que foi o primeiro ano de implementação do PAC. Nele, o economista Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ, aponta que em vez de crescimento o Programa anunciado em janeiro de 2007, pelo presidente Lula, está trazendo desaceleração, além de aumentar a vulnerabilidade externa do país, ao manter e reforçar políticas que tornam a economia brasileira ainda mais dependente dos rumos e do vigor da economia mundial.

Em se tratando que este 2008 começa sob o signo das incertezas que pairam sobre a economia mundial, especialmente, sobre a economia norte-americana, são textos que contribuem, sobremaneira, para a compreensão a respeito dos rumos e cenários que vão se abrindo, tanto interna quanto externamente.

Uma boa leitura. 

SUMÁRIO



Conjuntura em debate

3

Pacote do governo divide opiniões

4

Manifesto da Sociedade Civil

6

Paulo Passarinho
Alternativas ou mais arrocho?

8

ESPECIAL

Reinaldo Gonçalves

PAC: desaceleração e vulnerabilidade?

14

Fórum Popular de Orçamento

Saúde Pública:

Rio tem menos recursos

16

Curso da ANPEC começa agora

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espínola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espínola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.



Pacote do governo divide opiniões

O início deste 2008 foi marcado pela polêmica em torno da derrubada, pela oposição, da Emenda Constitucional que prorrogava a CPMF e pelo debate a respeito das medidas adotadas pelo governo para compensar a perda de arrecadação, sem a Contribuição sobre Movimentação Financeira.

Nesta edição, para subsidiar este debate, publicamos pontos de vista diferenciados a respeito do tema. Primeiro, o manifesto divulgado por dirigentes de entidades e movimentos sociais, religiosos e intelectuais, a respeito da ação política empreendida no Senado pelos partidos de oposição, tendo à frente o PSDB e o ex-PFL, hoje DEM. O manifesto contou com a assinatura de dezenas de personalidades reconhecidas da sociedade civil brasileira, entre as quais João Pedro Stedile, do MST, dom Tomás Balduino, da CPT, Lúcia Stumpf, presidente da UNE, Fer-

nando Moraes, jornalista e escritor, Plínio de Arruda Sampaio, da Associação Brasileira pela Reforma Agrária, e o cientista político Emir Sader, da UERJ.

Na seqüência do manifesto, segue o posicionamento sobre ele explicitado pelo economista Reinaldo Gonçalves, em texto enviado a um dos signatários do manifesto, João Pedro Stedile, cuja publicação neste JE foi autorizada pelo autor. O texto seguinte é um artigo escrito pelo também economista Paulo Passarinho, vice-presidente do Corecon-RJ, que adota uma outra abordagem que contribui para as discussões a respeito dos temas.

Manifesto

Por uma Reforma Tributária justa

Ao povo brasileiro e ao Governo Federal

Os dirigentes de organizações populares, movimentos sociais, intelectuais e religiosos – abaixo-assinados – vêm se manifestar a respeito das recentes mudanças ocorridas no sistema financeiro do país.

1. As classes ricas do Brasil se articularam com seus políticos no Senado Federal e conseguiram derrubar a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), depois de sua renovação ter sido aprovada na Câmara dos Deputados.

2. O mesmo Senado aprovou a continuidade da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que permite ao governo federal usar 20% de toda a receita, sem destinação prévia. Com isso, recursos da área social podem ser utilizados sem controle para pagamento de juros e outras despesas não prioritárias.

3. A CPMF era um imposto que penalizava os mais ricos e 70% dele provinham de grandes empresas e bancos. Os seus mecanismos de arrecadação impediam a sonegação e permitiam que a Receita Federal checasse as movimentações financeiras com o imposto de renda, evitando fraudes e desvios.

4. Agora o governo federal tomou a iniciativa de aumentar o

IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e a CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e retomou a cobrança do imposto sobre as remessas de lucros para o exterior. Foi uma medida acertada e justa, pois atinge os mais ricos e, sobretudo, os bancos, o sistema financeiro e empresas estrangeiras.

5. As forças conservadoras voltaram a se articular para condenar essas medidas, tendo à frente a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e Febraban (Federação Brasileira de Bancos), por meio da Rede Globo e de parlamentares de Democratas (ex-PFL) e PSDB. O pior é que estão mentindo quando dizem que a população será mais afetada pelo imposto, enquanto escondem que o maior custo das compras a prazo são as taxas de juros exorbitantes, sobre as quais se calam, pois são delas favorecidos.

6. Defendemos que o corte de gastos públicos exigido pela direita seja feito no superávit primário e no pagamento dos juros da dívida pública, que é de longe a maior despesa do Orçamento da União

nos últimos 10 anos. Trata-se de uma transferência de dinheiro do povo para beneficiar os bancos e uma minoria de aplicadores. Em 2007, o governo federal pagou R\$ 160,3 bilhões em juros, quatro vezes mais de tudo o que gastou no social e correspondente a 6,3% do PIB (Produto Interno Bruto).

7. Defendemos que o governo federal mantenha e amplie os investimentos sociais, principalmente na saúde e educação como, aliás, determina a Constituição, e não reduza a contratação e os salários dos servidores públicos.

8. O Brasil precisa de uma verdadeira reforma tributária, que torne mais eficaz o sistema de tributação. Hoje, 70% dos impostos são cobrados sobre o consumo e apenas 30% sobre o patrimônio. É preciso diminuir o peso sobre a população e aumentar sobre a riqueza e renda. Reduzir a taxa de juros básica paga pelo governo aos bancos e as escandalosas taxas de juros cobradas aos consumidores e empresas. Eliminar as taxas de serviços pelas quais os bancos recolhem, por ano, R\$ 54 bilhões! E

acabar com a Lei Kandir, que isenta de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) todas as exportações agrícolas e primárias, penalizando o povo e as contas públicas nos estados e municípios.

9. O Brasil precisa de uma política permanente de distribuição de renda. Para isso, será necessário tomar medidas que afetem o patrimônio, a renda e os privilégios da minoria mais rica. Precisamos aumentar as oportunidades de emprego, educação e renda para a maioria da população. Usar os recursos dos orçamentos da União e dos estados, prioritariamente, para ampliar os serviços públicos, de forma eficiente e gratuita para toda a população, em especial saúde, seguridade social e educação.

10. Ante as pressões dos setores conservadores, devemos convocar o povo para que se manifeste. Utilizar os plebiscitos e consultas populares para que o povo exerça o direito de decidir sobre assuntos tão importantes para a sua vida.

Conclamamos a militância, nossa base social e a toda população brasileira a se manifestar e se manter alerta, para mais essas manobras que as forças conservadoras tentam impor a toda sociedade.

Brasil, 10 de janeiro de 2008.



Crítica ao manifesto:

Ruim e retrógrado

Prezado Stédile,

O manifesto é ruim e retrógrado pelas seguintes razões:

- 1) não menciona que a CPMF é altamente regressiva: 0,38% sobre R\$ 100 em uma garrafa de champanhe dos ricos é igual a 0,38% sobre R\$ 100 em alimentos básicos dos pobres. Por que não defender a CPMF com alíquotas progressivas?
- 2) O argumento de que "a CPMF era um imposto que penalizava os mais ricos e 70% provinham de grandes empresas e bancos. Sua forma impedia sonegação e permitia que a Receita Federal checasse as movimentações financeiras com o imposto de renda, evitando fraudes e desvios." não é totalmente verdadeiro. A sonegação não é impedida pela CPMF, o mesmo acontece com fraudes e desvios. Operacionalmente, o acesso à movimentação financeira não depende do recolhimento da CPMF.
- 3) A reação do Governo Lula de aumentar o IOF onera os mais po-

bres, que estão se endividando a taxas de juros mais altas do mundo. Esta medida só agravará os problemas sociais decorrentes das dificuldades da expansão do crédito, sem aumento proporcional do emprego e da renda. As medidas recentes de ampliação do prazo de empréstimos consignados e a redução do limite do serviço da dívida mostram que estes problemas já são sérios. Por que não criticar o Governo Lula por esta medida tributária compensatória e injusta?

4) Nos últimos cinco anos, o Governo Lula foi incapaz de apresentar qualquer reforma tributária que reduzisse a regressividade. Só houve aumento da carga tributária, com estruturas altamente regressivas tanto do ponto de vista tributário quanto fiscal. Por que não há uma crítica nesta direção?

5) Não há menção à farsa de reforma tributária de 2003, que, em troca da renovação da CPMF e da DRU, aceitou abrir mão do imposto sobre grandes fortunas, da ampliação das classes de alíquotas do IRPF e outras medidas.

6) O texto não faz qualquer menção aos favores fiscais dados pelo Governo Lula aos investidores internacionais, que além de afetarem a receita tributária, agravam a vulnerabilidade externa financeira do país.

7) O texto é um retrocesso, pois não faz menção à tributação sobre riqueza que, a propósito, se transformou em uma não-questão no Governo Lula.

8) Por que não há referência à piora da distribuição funcional da renda e da distribuição de riqueza durante o Governo Lula? Estes graves problemas estão diretamente vinculados às questões tributárias e fiscais.

Não há dúvida que é "necessário aumentar os impostos de quem pode e deve pagar, diminuir os impostos dos mais pobres." Até aí, morreu Neves! Entretanto, não é possível defender um imposto regressivo como a CPMF. Não é possível tratar a questão tributária sem propostas mais concretas de maior progressividade, principalmente envolvendo a base de riqueza. Também não é possível tratar a questão tributária sem a crítica implacável ao Governo Lula.

O texto demonstra, mais uma vez, a falta de rumo e de prumo de boa parte do movimento social no Brasil desde 2003. É fácil compreender, mas é uma pena.

Em síntese: o texto é ruim e retrógrado.

Abraço,

Reinaldo Gonçalves
Professor de Economia da UFRJ

Universidade Federal do Estado do RJ

3ª TURMA

Condições Especiais até

28/02/2008



Gestão de Negócios
Inteligência Competitiva

"A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo"
(Drucker)

www.mbainteligencia.unirio.br

2541-3988 • 2529-6388

Desconto especial para associados
CORECON

Compensar a CPMF ou...

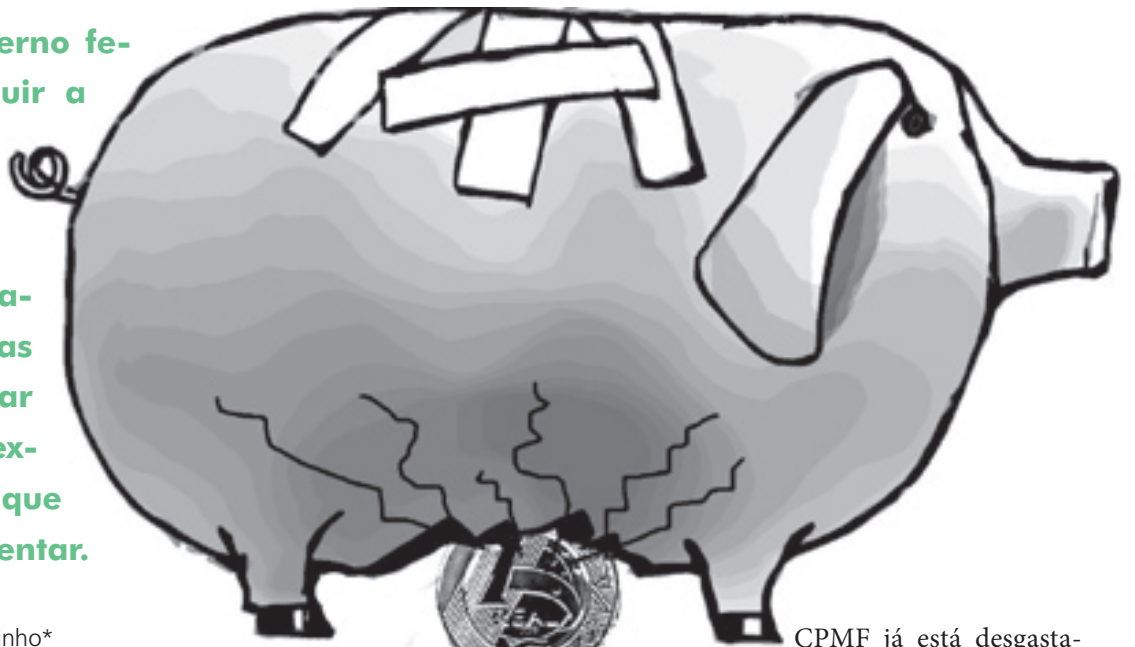
Alternativas para manter o arrocho fiscal?

A derrota parcial sofrida pelo governo federal, no Senado, ao não conseguir a prorrogação da cobrança da CPMF, mas garantindo a manutenção do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), abriu novo capítulo na luta travada entre as forças governistas e a oposição parlamentar de direita, capitaneada pelo DEM (ex-PFL) e pelo PSDB, diferentes blocos que na prática controlam o jogo parlamentar.

■ Paulo Passarinho*

Logo após a derrota, o governo colocou alguns dos seus quadros “de esquerda” para duramente criticarem a vitória da oposição. Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social, e José Gomes Temporão, da Saúde, manifestaram toda a sua contrariedade e descontentamento com o prejuízo que a medida acabaria acarretando para as suas respectivas áreas, mas sintomaticamente silenciando-se quanto à manutenção da DRU, o dispositivo que de fato permite ao Poder Executivo desviar recursos das áreas sociais para a garantia do pagamento de juros.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, por sua vez, procurou reforçar a idéia de que o maior prejuízo provocado pela derrota governamental teria sido a perda de recursos a serem utilizados na área da saúde, ao afirmar que “a



CPMF já está desgastada. Acho melhor pensar-mos em algum outro tributo que seja totalmente dirigido para a Saúde”. Enquanto isso, o chefe-maior, o presidente da República, procurava minimizar o prejuízo declarando, no dia 16 de dezembro, que “não existe razão para ninguém ficar nervoso, nenhuma razão para que ninguém faça uma loucura de aumentar a carga tributária”; e, no dia 17, quando afirmou que “não há nenhum motivo para qualquer precipitação, não há nenhum motivo para anunciar medidas de forma extemporânea”.

Podemos concluir, assim, que enquanto ministros considerados progressistas procuravam fustigar a oposição parlamentar, acusando-a de prejudicar os recursos que seriam aplicados em áreas sociais

e que beneficiariam aos mais pobres, o presidente voltava-se para sinalizar ao mercado financeiro e aos seus agentes que não teríamos nenhuma surpresa fiscal.

Quem realmente vai perder?

O jogo de cena, contudo, estava com os seus dias contados. Logo no dia dois de janeiro, no primeiro dia útil do ano, foram apresentadas as tais medidas compensatórias. De forma a passar a idéia à opinião pública de penalizar apenas o setor financeiro, o governo baixou um decreto elevando o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em 0,38 ponto percentual, além de elevar a alíquota para os empréstimos de pessoas físicas de 1,5% para 3%, ao ano, e passar a cobrá-la também sobre os empréstimos bancários para as empresas.

O IOF incide em todas as operações de financiamento envolvendo cartões de crédito, seguro, crédito imobiliário, cheque especial, financiamento de veículos, empréstimos financeiros, incluindo o crédito consignado. Inicialmente, foi divulgado também que as operações interbancárias de câmbio seriam atingidas pela medida.

Já no dia quatro, o próprio governo tratou de esclarecer que o decreto contendo essas medidas seria reeditado no Diário Oficial, excluindo-se essas operações da cobrança do imposto, por uma clara exigência dos próprios bancos. A explicação oficial foi de que teria havido um erro na redação original do decreto, pois a alíquota adicional de 0,38% só deveria in-

cidir sobre aquelas operações que anteriormente pagavam a CPMF, o que não era o caso das operações de câmbio.

Caía por terra, desse modo, a única medida que efetivamente poderia representar um custo adicional para o setor financeiro. O próprio presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Fábio Barbosa, fez questão de esclarecer que não seria o caso sequer de acusar os bancos de quererem “repassar” o imposto para os clientes: “não se trata de nenhum repasse feito pelas instituições financeiras. O IOF é pago por quem pega empréstimo”.

Com a elevação do IOF, o governo declarou que espera arrecadar R\$ 8 bilhões. Além dessa medida, tentará aprovar no Congresso a elevação da alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) das empresas do setor financeiro de 9% para 15%, estimando uma elevação da receita dessa contribuição, neste 2008, em R\$ 2 bilhões. Para a plena compensação da receita estimada para esse ano com a CPMF – de R\$ 40 bilhões – o governo terá também a meta de cortar R\$ 20 bilhões do



Orçamento, ainda em discussão no Congresso, estimando ainda que R\$ 10 bilhões extras poderão vir da própria expectativa de aumento da arrecadação, impulsionada pelo crescimento econômico esperado para esse ano.


Com relação a esses anunciados cortes orçamentários, ainda há muito mais indefinições sobre quais áreas serão mais sacrificadas – quais ministérios terão de apertar mais o cinto – do que certezas. O jogo de barganha será disputado, envolvendo inclusive de forma intensa os próprios parlamentares (boa parte deles diretamente interessada nas verbas orçamentárias em questão, especialmente neste ano de eleições municipais).

Quem, entretanto, já saiu prejudicado foram as várias categorias de servidores federais, que em complexas negociações, ao longo do ano passado, aguardavam reajustes em seus vencimentos para esse ano. O governo já anunciou que todas as medidas dessa natureza estão suspensas.

O fato é que todas essas decisões têm um só objetivo: manter

intacta a política econômica que preserva e fortalece o “modelo” de funcionamento da economia, defendido pelos bancos e grandes corporações nacionais e estrangeiras – o tal do “mercado” que, segundo o vice-presidente da República, José de Alencar, produz fortes temores em seu superior, o presidente da República.

Alternativas existem. A estimativa para a média da taxa básica real de juros no ano poderia ser reduzida; o chamado superávit primário poderia ser fortemente diminuído; e as próprias taxas de juros cobradas da clientela do mercado financeiro poderiam ser fortemente influenciadas por uma redução das taxas de mercado cobradas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, forçando a concorrência privada – e cada vez mais estrangeira – a fazer o mesmo.

Mas, para tanto, mais do que superar temores – e a ambição de ser poder, para meramente exercer poder – o presidente da República e seus aliados precisariam, além de coragem e compromisso público, ter clareza sobre as imensas possibilidades do Brasil e a viabilidade e necessidade de um projeto soberano de país. Projeto esse que viesse a superar a visão medíocre que nos empurra para um papel coadjuvante e subalterno no contexto global – nos reservando a um lugar de fornecedores de insumos e matérias-primas para os países mais desenvolvidos continuarem a exercer domínios e lideranças, em prol dos seus próprios interesses. 

* Economista.

Vice-presidente do Corecon-RJ.



PAC

Desaceleração e vulnerabilidade?

A desaceleração do crescimento econômico brasileiro é a evidência relevante no momento em que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) completa um ano. Frente ao crescimento do PIB previsto de 5,2% em 2007, as projeções divulgadas pelo Banco Central apontam para a mediana de 4,5% em 2008 e 4,0% em 2009 (ver Tabela 1, cuja fonte é Focus, BC, <http://www.focus> 18 jan 2008). Estas taxas são inferiores à de 5% que consta no PAC. Desta forma, após um ano de PAC, no lugar da aceleração do crescimento, o que se observa é exatamente o oposto. Há, assim, a interrupção do miniciclo de otimismo que surgiu no segundo trimestre de 2007, quando houve aceleração do crescimento econômico. E, o Brasil continua “andando para trás”, quando se considera o resto do mundo. A projeção do FMI de crescimento da economia mundial é de 4,8% em 2008, enquanto os países em desenvolvimento devem crescer 7,4% (ver Tabela 2). Estas previsões supõem o macrocenário global de “aterrissagem suave”, controlado pelas políticas fiscal e monetária dos EUA.

■ Reinaldo Gonçalves*

O primeiro aniversário do PAC envolve não somente a desaceleração do crescimento econômico e o atraso relativo do país, como também a piora nos principais indicadores macroeconômicos. Ainda segundo as previsões do *Relatório Focus*, mostradas na Tabela 1, o superávit da balança comercial deve cair de US\$ 40 bilhões, em 2007, para US\$ 30 bilhões, em 2008, e US\$ 26 bilhões, em 2009, enquanto o superávit da conta corrente de US\$ 5 bilhões, em 2007, se transformará em déficit de US\$ 5 bilhões, em 2008, e déficit de US\$ 11 bilhões, em 2009. A pressão inflacionária de 2007 (IGP-M de 7,8% e IPCA de 4,5%) deve continuar em 2008, com taxas de inflação maiores do que as taxas de 2006.

A desaceleração do crescimento econômico e a continuação do atraso relativo tornam-se fatores ainda mais relevantes quando fica cada vez mais clara a reversão da fase ascendente do ciclo econô-



mico internacional iniciado em 2003. A questão central é que as maiores incertezas críticas em relação ao futuro da economia brasileira resultam tanto da reversão do ciclo internacional como dos erros e equívocos das estratégias e políticas econômicas do Governo Lula. O desempenho medíocre do PAC no seu primeiro ano ilustra claramente alguns destes equívocos e erros.

Orientado para a expansão dos investimentos em infra-estrutura no período 2007-10, o PAC contém medidas de expansão dos gastos de investimento do governo federal, compromissos de investimento de empresas estatais, medidas de estímulo à expansão do crédito e de desoneração fiscal, medidas focadas na melhora do ambiente de negócios, e diretrizes e parâmetros macroeconômicos. O documento lançado pelo Corecon-RJ em 28 de maio de 2007 (Corecon-RJ/CED/01-07) apresenta análise crítica e abrangente do PAC, com suas limitações e inconsistências.

No primeiro ano do PAC, os fatos a destacar são os seguintes:

Tabela 1 – Expectativas macroeconômicas para 2008 (em 18 janeiro 2008) – Mediana - agregado

	2008	2009
PIB (var. % real)	4,5	4,0
Balança comercial (US\$ bi)	30	26
Conta corrente (US\$ bi)	-5,0	-10,8
IPCA	4,4	4,2
IGP-M	4,8	4,4
IGP-DI	4,8	4,2
Taxa Selic, final de período %	11,25	10,0
Taxa Selic, final de período %	11,25	10,5

Fonte: BACEN – Focus. <http://www.bacen/focus/18 jan 08>

Erros de concepção

1. O PAC não é um plano de desenvolvimento e sim uma lista ad hoc de projetos. Esta lista carece de seriedade quando se considera, por exemplo, que o mega poço de petróleo e gás (Júpiter) anunciado pela Petrobrás no dia 21 de janeiro de 2008 foi incluído no PAC apresentado no dia seguinte. O mesmo aconteceu com o mega poço de Tupi, anunciado em novembro de 2007, quando aparecem os sinais evidentes de crise de abastecimento de gás natural. O terminal de regaseificação da Baía de Guanabara, que será inaugurado em setembro de 2008, também foi incluído como ação do PAC.

2. Com a criação dos PACS-setoriais (por exemplo, segurança e desenvolvimento urbano) o PAC aparece, de forma ainda mais clara, como uma coleção de projetos sem qualquer organicidade.

3. A percepção é que o PAC, além de peça de propaganda governamental, tem sido usado como balcão de liberação de recursos federais para projetos específicos, alguns com interesses mais políticos do que econômicos ou sociais. Ou seja, o PAC transformou-se em instrumento de barganha e cooptação que tem, de um lado, o governo central (Lula), e de outro, governadores e prefeitos com influência política.

4. Os investimentos da União são relativamente pequenos, em termos das necessidades. Os gastos de investimento da União em infra-estrutura corresponderão, em média, a 0,6% do PIB no período 2007-10, enquanto os gastos com pagamento de juros responderão por 4,7% do PIB, no período de vigência do PAC.

5. A maior parte dos investimentos programados (aproximadamente 90%) é de responsabilidade das empresas estatais.

6. Dois-terços dos investimentos das empresas estão concentrados no setor energético (petróleo, gás e eletricidade) e, principalmente, sob a responsabilidade da Petrobrás.

7. Parte expressiva dos projetos de infra-estrutura está associada às atividades de exportação de produtos primários, o que agrava o padrão de especialização do comércio exterior, aumenta a vulnerabilidade externa estrutural e reduz o potencial de crescimento no longo prazo do país.

8. Os recursos definidos no PAC estão aquém das necessidades efetivas do país. Por exemplo, as necessidades de investimento do Plano Nacional de Logística e Transportes divulgado em meados de 2007 são 50% maiores do que os recursos previstos no PAC.

9. A expansão do financiamento governamental ao setor industrial, principalmente via BNDES, está concentrada nos setores extrativistas e de insumos básicos (por exemplo, siderurgia, papel e celulose), que são orientados, em grande medida, para o mercado externo. O resultado é a maior vulnerabilidade externa do país nas esferas comercial e produtiva.



Inoperância na implementação

1. A inoperância do governo federal evidencia-se quando se constata que somente 27% dos recursos previstos foram efetivamente pagos no primeiro ano de vigência do PAC.
2. A ineficácia na implementação do PAC aparece, por exemplo, quando se considera o conjunto dos principais projetos para o Rio de Janeiro. Com a exceção dos projetos em andamento sob a responsabilidade direta da Petrobrás, somente dois dos 10 principais projetos saíram do papel.
3. O argumento do governo de que 86% das 2.126 ações em andamento estão tendo desempenho adequado carecem de credibilidade. Não há avaliação externa do PAC, não se conhecem os critérios de adequação e o julgamento do próprio gestor deve ser visto com desconfiança. Por que o governo Lula não cria um grupo independente de acompanhamento e avaliação do PAC, com representações indicadas pela sociedade civil?
4. No primeiro ano do PAC houve o “apagão aéreo”, com suas trágicas conseqüências, e o aumento do risco de grave crise no setor energético.
5. Os aeroportos brasileiros aparecem na lista dos piores aeroportos do mundo segundo a revista Forbes (<http://www.forbes.com>).
6. Muitos especialistas afirmam que o país já está experimentando crise energética em decorrência da explosão dos preços negociados no mercado paralelo (mercado livre) de energia elétrica, do redirecionamento do gás natural para as termelétricas e as restrições de oferta das hidroelétricas.
7. As mudanças do marco regulatório pouco avançaram e o que há de mais evidente parece ser o afrouxamento do controle dos processos de licenciamento ambiental.
8. A questão da defesa da concorrência tornou-se secundária em um país marcado por forte centralização do capital. Este fato é relevante, por exemplo, quando se considera que o setor de cimento é, por um lado, estratégico para os investimentos em infra-estrutura e, por outro, tem um histórico de fortes práticas comerciais restritivas. O abuso do poder econômico continua sem a efetiva regulação governamental.

“Com os sinais evidentes de crise energética, após cinco anos de governo, a pergunta é: por que Dilma Roussef não foi demitida?”

9. A Vale do Rio Doce, uma das três empresas multinacionais responsáveis pelo cartel do minério de ferro, tem sido acusada de práticas comerciais restritivas que afetam o setor de siderurgia e construção civil. O governo tem se mostrado inoperante em área que afeta diretamente a infra-estrutura do país.

10. Devido à sua própria inoperância, o governo conta com maior liberalização externa na esfera produtiva, via participação efetiva de empresas estrangeiras nas concessões para administrar as rodovias federais. No setor aéreo, as autoridades federais defendem a ampliação do limite de participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas nacionais, de 20% para 49%.

11. A inoperância governamental também é evidente no caso da crise do setor energético. Especialistas têm recorrentemente denunciado a ineficácia e, até mesmo, a irresponsabilidade do governo neste setor. Segundo o Instituto Ilumina (www.ilumina.org.br) há “passividade do governo federal” e “ausência de providências mais efetivas que possam evitar uma crise nos próximos dois ou três anos”. As mudanças no marco regulatório ficaram somente no papel ou, então, foram parcialmente executadas de tal forma que “o sistema hidroenergético tornou-se muito vulnerável”. Neste sistema não houve expansão adequada da oferta e, “no que se refere à operação, praticamente nada de relevante foi acrescentado.”

12. Sete anos depois da crise de energia e cinco anos de governo o país defronta-se com séria restrição ao crescimento econômico em decorrência dos problemas energéticos, no que se refere tanto à hidroeletricidade quanto às outras fontes de energia, como o gás natural. Mais recentemente, o governo obrigou a Petrobrás a desviar gás natural para as termelétricas, o que provoca o aumento dos custos da produção de derivados do petróleo. A empresa reduzirá seus lucros e, portanto sua capacidade de investimento, ou, então, haverá aumento de preços.

13. As autoridades governamentais que se mostraram inoperantes no que se refere à questão energética são, precisamente, aquelas que estão atualmente na coordenação do PAC, com destaque para a ministra Dilma Roussef. Com os sinais evidentes de crise energética, após cinco anos de governo, a pergunta é: por que Dilma Roussef não foi demitida?

Diretrizes macroeconômicas equivocadas

1. As diretrizes macroeconômicas do PAC têm viés restritivo como, por exemplo, as referentes às despesas com benefícios da Previdência, folha de salários da União, manutenção do mega-superávit primário, regra de ajuste do salário mínimo e vigência de taxas de juros reais relativamente altas (Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves, *A Economia Política do Governo Lula*, Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2007, p. 198-207).

2. A pressão inflacionária e os riscos crescentes da conjuntura internacional são os fatos destacados pelas autoridades monetárias para interromper a trajetória de queda da taxa de juro, a partir de setembro de 2007. As previsões para 2008 são que as taxas de juros nominais devem ficar no mesmo patamar de 2007. A Selic deve fechar o ano de 2008 em 11,25% , ou seja, a mesma taxa do final de 2007 (BC, Focus, <http://www.focus18.jan.2008>).

3. O PAC também opera no contexto da enorme vulnerabilidade externa do país, que se agravou com o crescimento extraordinário das importações (quase 50% em 2006-07) e crescente dependência em relação à exportação de commodities. A crença de que as reservas internacionais do país servem como fator de resistência à crise internacional comete o grave erro de desconsiderar a elevada liberalização financeira e cambial do país. Estas reservas podem desaparecer em poucas semanas, via deslocamento das aplicações financeiras para a compra de dólares. E, de fato, no âmbito seja das políticas governamentais, seja do PAC, não há medidas concretas no sentido de redução da vulnerabilidade externa

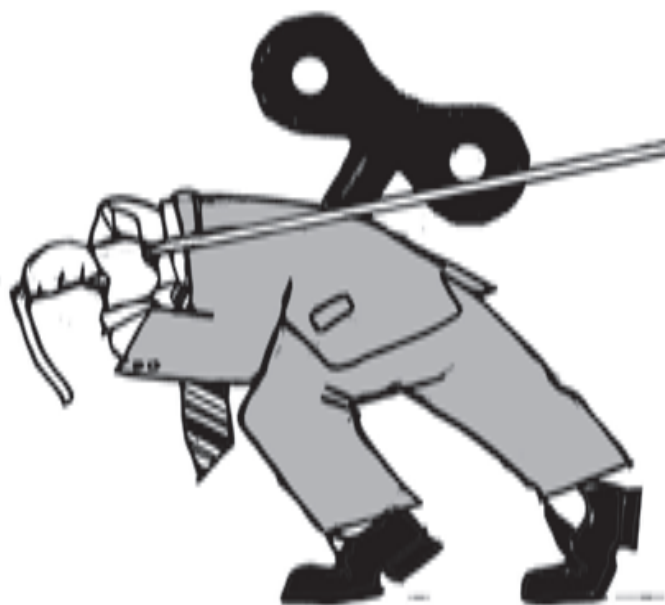
estrutural do país. Muito pelo contrário. O capital estrangeiro tem sido visto como solução para problemas nos setores de infra-estrutura, que resultam em boa medida da inoperância do Governo Lula.

4. O argumento acerca da blindagem da economia brasileira equivoca-se a respeito da natureza da atual crise internacional. As crises dos anos 1990 tinham foco no subsistema que abarcava os fluxos financeiros para alguns mercados emergentes. Atualmente, a crise também deriva de problemas na esfera real (que tem repercussões nas esferas comercial e tecnológica), além, naturalmente, dos problemas nas esferas monetária e financeira internacional.

5. A falta de consistência macroeconômica do PAC deriva do fato de que o crescimento econômico sustentável de 5% exige taxas de investimento superiores a 20%. A taxa de investimento em 2007 deve ficar bem abaixo deste número (algo próximo de 17%).

6. A falta de consistência do PAC deriva também da manutenção das diretrizes equivocadas da política macroeconômica do Governo Lula, que são travas ao crescimento: metas rígidas de inflação e juros altos, mega-superávit fiscal primário, câmbio flutuante e liberalização cambial, e elevado grau de liberalização externa (Ibid, capítulo 3).

7. O “desenvolvimentismo às avessas” do ministro da Fazenda, Guido Mantega, envolve a defesa de um imposto regressivo como a CPMF. Frente à correta decisão do Congresso de não renovar este tributo, o ministro logrou a decretação do aumento do IOF que onera os mais pobres, que estão pagando taxas de juros que estão entre as mais altas do mundo. Cria-se mais um dreno fiscal que inibe o consumo e, portanto, desestimula o investimento e o crescimento econômico. O ministro “desenvolvimentista às avessas” tem recorrentemente ameaçado cortar despesas, desconsiderando os outros fatores determinantes de expansão da receita tributária.



Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Síntese: o Brasil está menos vulnerável?

Após um ano do PAC chega-se à conclusão que os resultados são medíocres.

1. O miniciclo de otimismo que se seguiu ao lançamento do PAC não parece ter completado um ano. As expectativas são de taxas decrescentes de crescimento econômico, em 2008 e 2009. Ou seja, o PAC está associado à desaceleração do crescimento. Portanto, o Brasil continuará “andando para trás”. A taxa média anual de crescimento prevista para o país em 2003-08 (3,9%) é menor do que a taxa média mundial e todas as taxas médias regionais (ver Tabela 2).

2. Em áreas-chaves, como energia e transporte, não houve melhoras evidentes. Ou, então, houve séria deterioração das condições de infra-estrutura. Os custos das deficiências na infra-estrutura tornaram-se ainda mais evidentes com os problemas atuais e o risco crescente na área energética. Em consequência, reaparece a pressão inflacionária via elevação dos custos. Além das deficiências de operacionalização, deve-se destacar que os avanços no marco regulatório (principalmente, a defesa da concorrência) foram praticamente inexistentes.

3. O Brasil não está menos vulnerável aos fatores desestabilizadores externos. É um equívoco afastar a hipótese de crise econômica decorrente de problemas cambiais. O superávit comercial está diminuindo rapidamente, o superávit em transações correntes já se transformou em déficit e a relação entre as importações e as reservas internacionais deve aumentar significativamente no futuro próximo. O PAC tende a aumentar a vulnerabilidade externa estrutural do país, na medida em que tem foco de investimentos nos setores orientados para a produção e exportação de commodities.

4. Tendo em vista que o PAC mantém as diretrizes básicas das estratégias e políticas macroeconômicas do Governo Lula, o que se prevê para 2008 é, de fato, a pressão inflacionária via custo, o aumento da vulnerabilidade externa do país e a desaceleração do crescimento no contexto de maiores incertezas críticas. Estes argumentos supõem o macrocenário global de “aterrissagem suave”, controlado pelas políticas fiscal e monetária dos Estados Unidos. Naturalmente, a situação tenderá a se agravar se o macrocenário global de “aterrissagem suave” se transformar em eclosão de crise, com forte reversão do ciclo ascendente para o ciclo descendente da economia mundial.



O PAC está associado à desaceleração do crescimento. Portanto, o Brasil continuará “andando para trás”

Tabela 2

Taxa de crescimento real do PIB (%): 2003-08 – Macrocenário de Aterrissagem suave

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Média 2003-08
Mundo	4,0	5,3	4,8	5,4	5,2	4,8	4,9
Países em desenvolvimento	6,7	7,7	7,5	8,1	8,1	7,4	7,6
África	4,7	5,8	5,6	5,6	5,7	6,5	5,6
Ásia	8,3	8,8	9,2	9,8	9,8	8,8	9,1
Oriente Médio	6,6	5,6	5,4	5,6	5,9	5,9	5,8
Américas	2,4	6,0	4,6	5,5	5,0	4,3	4,6
Brasil	1,1	5,7	3,2	3,8	5,2	4,5	3,9

Fontes: FMI, IPEA e Banco Central do Brasil. http://www.bacen/focus/18_jan_08

<http://www.ipeadata.gov.br/PIB>. <http://www.imf.org/weo/out08>

Nota: Dados referem-se estimativas para 2007 e projeções para 2008.

* Professor titular de Economia UFRJ

Texto apresentado por Reinaldo Gonçalves na Comissão de Política Econômica do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro em 22 de janeiro de 2008, conforme solicitação deliberada pela Plenária do Conselho de 17/01/2008.

Saúde Pública: menos recursos no Rio

Na análise do orçamento estadual, polêmica sobre recursos destinados às fundações

Os serviços de saúde, por sua natureza intrínseca, não podem ser considerados objetos de transação em mercados concorrenciais; os mecanismos de mercado tendem, pela seleção adversa, a penalizar os velhos e os portadores de doenças crônicas; a saúde é um atributo que condiciona a possibilidade de consumo de todos os outros bens e serviços.

Eugênio V. Mendes (1996)

A saúde pública é fundamental para o bem estar social. A precariedade do sistema de saúde acarreta em prejuízo da eficiência de todas as outras atividades humanas, pois a pessoa doente reduz a sua capacidade de trabalho.

Assim sendo, acompanhamos, sistematicamente, a evolução orçamentária desta função governamental compartilhada entre os entes da federação, para observarmos se o nível de recursos destinados pelas autoridades é capaz de reverter o quadro degradante atual.

Município do Rio

O recorte da pesquisa foi o do exercício de 2003 a 2007 mais as dotações referentes à Lei Orçamentária em vigor. Para um melhor efeito comparativo, os dados foram corrigidos monetariamente para os valores de dezembro de 2007, já os referentes ao exercício atual estão em valores correntes. Os dados utilizados são da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), por este órgão concentrar as ações da função saúde.

Nota-se que há uma queda dos dispêndios da ordem de 24,5%, entre 2004 e 2005, e de 3,9%, de 2005 para 2006. Em 2007 houve um acréscimo de 25,1%, com relação a 2006. Interessante observar que o crescimento registrado no gráfico de 2007 (já realizado),

em relação a 2008 (previsto na LOA), fica reduzido a 0,4% quando comparado à dotação inicial de 2007. Isto é, a intenção de gastar nem sempre é efetuada.

A redução dos valores liquidados em 2005 e 2006 está relacionada com a intervenção do Governo Federal em alguns hospitais do município do Rio, quando foi declarado “estado de calamidade pública no setor”, em 11 de março de 2005. A partir de então o município perde a gestão plena do SUS e o controle dos gastos nos hospitais sob intervenção. Desta forma, há uma redução dos gastos municipais. A intervenção da União teve seu término em 18 de novembro de 2006, o que explica o aumento para 2007, conforme demonstrado no gráfico.

Devido à ampla gama de programas de trabalhos sob a coordenação da SMS, destacamos as ações mais significativas sob o ponto de vista de infra-estrutura e de prevenção de endemias.

Para infra-estrutura, o programa de trabalho “Construções, Ampliações e Reformas de Unidades de Saúde” é ilustrativo do tratamento dado às instalações de saúde. A queda de 12% das despesas liquidadas de 2003 para 2004, a despeito de uma autorização de gasto maior (R\$ 137 milhões – 2004; R\$ 82 milhões – 2003), assim como a redução do previsto de 2004 para 2005, também em 12%, demonstram uma política de con-

tenção. Talvez encontremos aqui uma das razões para o estado calamitoso que levou à intervenção. O mais preocupante, entretanto, é o valor utilizado em 2007 – o menor de todo período visto! Fica evidente que os gastos do PAN não representaram uma melhoria na saúde pública (Tabela 1).

programa de trabalho “Higiene, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses”. Constatamos uma redução de 49% do valor liquidado de 2003 para 2004. Em 2005, houve um aumento dos valores liquidados de 61%. Já em 2006, o ritmo gasto manteve-se inalterado em relação ao ano anterior. Em

Tabela 1

Anos	Dotação Inicial	Dotação autorizada	Liquidado
2003	51.356.419,00	82.961.525,00	62.947.756,56
2004	133.458.432,00	137.871.206,00	55.618.236,99
2005	117.265.751,00	124.850.593,40	18.885.026,05
2006	33.568.104,00	24.829.057,02	18.244.040,00
2007	31.668.232,00	49.132.440,16	16.815.068,13
2008	33.247.193,00	-	-

Fonte: Prestação de Contas 2003 a 2006, LOA 2007, PLOA 2008, Sistema Fincon 21/01/2008

Em quase todo verão o carioca convive com o fantasma da dengue e, neste ano, há um agravante: a febre amarela, pois as duas doenças são transmitidas pelo mesmo mosquito. Em 2008 já foram registrados 10 casos de vítimas de febre amarela no Brasil. É verdade que parece distante uma realidade epidêmica, sobretudo em áreas urbanas. Contudo, a volta da dengue ocorreu quando a mesma já havia sido considerada erradicada no final dos anos 80. Sem alarmismo, as autoridades devem tomar já as medidas preventivas necessárias.

A questão da Fiscalização Sanitária tem importância nesse aspecto. Assim destaca-se a evolução do

2007, nova redução de 22% em relação a 2006.

A questão da fiscalização sanitária é relevante no aspecto do combate a doenças, porém, faz-se necessário um combate mais específico de uma doença com potencial de epidemia. Infelizmente, não há, desde 2006, programas de trabalhos que estejam claramente relacionados à dengue (de 2003 a 2005 era “Ações de Epidemiologia, Controle da Dengue e outros agravos”). A partir de 2006 esta ação passa a ser denominada “Ações de Vigilância e informações em Saúde”. Apesar de ter o mesmo objetivo, houve mudança do programa, não podendo, desta forma, relacioná-lo diretamente ao controle do mosquito.

Dados da SMS comprovam um crescente aumento nos casos de dengue (57% de 2006 para 2007). A despeito do crescimento do número de doentes, não observamos uma elevação significativa na execução dos programas relacionados à prevenção, conforme ilustrado na tabela 2.

Estado do Rio

A gestão da saúde estadual está na eminência de sofrer uma profunda transformação. Sendo assim, dedicaremos nosso espaço de análise orçamentária a essa proposta de mudança para abrir o debate.

O Plano Plurianual aponta para a criação das Fundações de Saúde

Em diagnóstico sobre o serviço público estadual, no Plano Plurianual (PPA), que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para o período de 2008/2011, há um rol de fatores considerados entraves ao desenvolvimento. Um deles é:

“Gestão ineficiente, desarticulação institucional e baixa qualidade do gasto público: a expansão das despesas com a prestação e o custeio dos principais serviços públicos no Estado do Rio de Janeiro não foi acompanhada de avanços significativos na qualidade de vida da população, em especial nas áreas de segurança, saúde e educação.”

Na parte dedicada à saúde encontramos:

“Na área da saúde, o foco foi na recuperação e modernização da infra-estrutura de hospitais e postos de saúde, além da implantação de novos métodos de gestão de hospitais e o aumento da efici-

ência alocativa do sistema público, com uma crescente complementaridade com a rede privada e o SUS. Como resultado, em 2007, o Rio de Janeiro é um Estado mais saudável e dispõe de atenção integral à saúde (com ações de promoção, prevenção e tratamento, articuladas entre as esferas de governo) com qualidade, humanizada e acesso universal.”

A política implementada é disposta através de “Áreas de Resultado de Estratégia”, onde a saúde é listada a partir de uma “Ampliação das ações preventivas e modernização do sistema de saúde”, com desdobramentos em cinco alvos:

- 1- Implantar as Unidades de Pronto Atendimento 24 horas – UPAs 24 horas;
- 2- Implantar central estadual de regulação da atenção hospitalar,

emergências, urgências e ambulatorial (leitos, consultas e exames);

- 3- Desenvolver e implantar novo modelo de gestão: Fundação Estatal;
- 4- Expandir e qualificar a atenção básica;
- 5- Modernizar e reaparelhar a Defesa Civil (Corpo de Bombeiros).

A polêmica está na criação das fundações estatais de saúde. Com aprovação da Lei Orçamentária de 2008 e da lei que regula as fundações, a gestão de saúde passará para fundações de direito privado. Os servidores destas fundações seriam regidos pela CLT, abolindo o Regime Jurídico Único.

Pelo PPA, o Programa Organização e Gestão do Sistema Estadual de Saúde, que incluiu o Novo Modelo de Gestão, a Fundação Estadual, tem previsão de dispêndio de mais de R\$ 1,6 bilhão para os próximos quatro anos. Em 2008, o

custo deste programa ficou assim distribuído (Tabela 3):


Ao destinar 70% dos recursos do Tesouro para as fundações revela-se a prioridade do governo estadual. A finalidade do Novo Modelo de Gestão é de fixar metas de atendimento à população, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários do SUS e à “flexibilização” da contratação de novos servidores para a área da saúde. É nesta “flexibilização” que se encontra a polêmica, pois, é sabido que a contratação indiscriminada de prestadores de serviço pelo poder público favorece o clientelismo e a troca de favores. Pior, as terceirizações também colaboram para a precarização do trabalho e para a baixa qualidade dos serviços prestados à população. A saúde estadual não pode contrair essas “doenças”. 

Tabela 2

Ações de Vigilância e Informações em Saúde				
ANOS	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Liquidado	Número de casos de dengue
2003	13.731.500,00	12.162.861,00	12.387.441,58	1.607
2004	33.680.000,00	9.254.960,00	6.256.652,22	547
2005	13.475.063,00	17.505.063,00	11.317.222,50	983
2006	16.173.083,00	15.547.468,56	13.362.247,11	14.072
2007	18.098.058,00	18.985.128,89	9.643.964,44	22.032*
2007**	-	-	9.971.804,59	
2008	15.100.364,00	-	-	-

Fonte: Prestação de Contas 2003 a 2006; LOA 2007, Sistema Fincon – 19/12/2007 e PLOA 2008.

*Ate o dia 17/12/2007 ** Previsão para o término do ano de 2007, mantendo-se o mesmo ritmo de liquidação.

Tabela 3

Em R\$	Tesouro Estadual	SUS (transferência federal)	TOTAL
Ações e Serviços de Saúde Vinculados ao SUS	500.000	376.963.966	377.463.966
Ações da Escola de Formação Técnica em Saúde	686.152	10.552.455	11.238.607
Central Estadual de Regulação em Saúde	794.205	2.776.822	3.571.027
Gestão em Saúde e Defesa Civil	2.916.330	-	2.916.330
Novo Modelo de Gestão: Fundação Estatal	11.377.609	-	11.377.609
Soma	16.274.296	390.293.243	406.567.539

Curso para ANPEC começa 11/2

■ Tem início no próximo dia 11 de fevereiro o Curso de Aperfeiçoamento em Economia, que é preparatório para a ANPEC 2008 e se estende até setembro, com aulas a partir das 18h. Ainda em fevereiro têm início também dois outros cursos: o de

Microeconomia, com tópicos da Teoria do Consumidor, que começa no dia 18; e o de Macroeconomia, que trata dos Modelos IS-LM e o da Oferta Agregada, no dia 25. Todos com aulas a partir das 18h45.

Em março terá início o Curso de

Perícia, com aulas às quartas e sextas-feiras, a partir das 18h45, e que terá um total de 78 horas de aulas de conceitos e fundamentos e de aplicações práticas. Para julho está programado o curso de Microeconomia sobre monopólios, oligopólios, concor-

rência monopolística e cartel e, para agosto, o de Macroeconomia: introdução à teoria do crescimento econômico e Macroeconomia aberta.

É a seguinte a programação dos cursos promovidos pelo Corecon-RJ para 2008:

Microeconomia

Tópicos da Teoria do Consumidor (De 18 de fevereiro a 30 de junho). Aulas às segundas-feiras de 15 em dias (intercalando com aulas de Macroeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula).

Macroeconomia

O Modelo IS-LM e o Modelo Oferta Agregada - Demanda Agregada (OA - DA) (De 25 de fevereiro a 7

de julho. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Microeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula).

Macroeconomia

Introdução à teoria do crescimento econômico e Macroeconomia aberta (De 4 de agosto a 24 de novembro. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Micro-

economia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula).

Microeconomia

Monopólios, oligopólios, concorrência monopolística e cartel (De 14 de julho a 17 de novembro. Aulas às segundas-feiras de 15 em 15 dias (intercalando com aulas de Macroeconomia) das 18h45 às 21h30 - Curso de 30 horas-aula).

Curso de Aperfeiçoamento em Economia

Preparatório para a ANPEC - 2008 (de segunda à sexta-feira, de 18h10 às 22h).

Início: dia 11 de fevereiro

Curso de Perícia

12 de março a 18 de junho de 2008 - às quartas e sextas-feiras - das 18h45 às 21h30 - 78 horas-aula

Mais informações sobre os conteúdos dos cursos podem ser obtidas no Portal dos Economistas - www.economistas.org.br.

Portal dos Economistas traz informações sobre convênios

Com a volta às aulas é hora de consultar os convênios disponíveis aos economistas, através do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Para tanto, basta clicar em "Convênios", à esquerda da página principal do Portal dos Economistas, na internet, em www.economistas.org.br. A relação contém as inúmeras instituições de ensino, desde creches a universidades, que mantêm convênios com o Corecon-RJ, oferecendo descontos especiais para os profissionais registrados no Conselho.

Além dessas informações, o portal tem também disponíveis as edições do Jornal dos Economistas, com artigos e entrevistas, bem como a agenda de cursos e links úteis aos profissionais e estudantes de economia.



MBA em Economia Empresarial para Associados do CORECON

A Fundação Euclides da Cunha de apoio institucional à Universidade Federal Fluminense, firmou um convênio com o CORECON onde os economistas obtêm desconto especial para cursar o MBA em Economia Empresarial.

O MBA estabelece um composto de conceitos e práticas em economia e finanças onde se caminha por finanças de mercado, corporativas e internacional e macroeconomia, microeconomia e economia internacional.

O MBA atende prioritariamente a profissionais da área financeira ou não financeira que necessitem de atualização na área de economia e finanças. Atende ainda a profissionais em redirecionamento de carreira e a recém formados.

O curso ocorre aos sábados, na Faculdade de Economia da UFF no Ingá em Niterói, em aulas preferencialmente quinzenais.

As entrevistas de seleção podem ser marcadas através dos telefones 2629 9735/6 pela manhã com o Sr. João. Mais informações estão disponíveis no site www.uff.br/cpgeconomia > A pós graduação > MBA.